

Um plano com mudanças

A palavra congelamento caiu em desgraça após o fracasso do Plano Cruzado. Tanto é que na segunda versão do "Plano Sayad" para o ajuste da economia os seus autores trocaram o termo **congelamento** pela expressão **estabilidade rigorosa** de preços. Mas, ensina mestre Aurélio, o significado é praticamente o mesmo. **Congelamento** é a fixação de valores e preços; **estável** é a qualidade daquilo que não varia.

Ao contrário da reforma de fevereiro do ano passado, no entanto, o "Plano Sayad" acena com várias modificações inclusive conceituadas. Ele fala em inflação baixa e não mais em inflação zero. Estabelece prazo (três meses) para os ajustes automáticos de preços e salários, propõe a reindexação da economia admitindo uma **inércia inflacionária** baixa e deixa fora de controle todos os preços de setores concorrentiais como vestuário, restaurante, barbeiro ou jornal. Na **estabilidade rigorosa** ficam enquadrados os preços de setores já sob o controle do CIP, Sunab e as tarifas e serviços públicos. Além disso reconhece os desajustes provocados pelo déficit público.

Segundo os autores da proposta, há hoje espaço e condições para a sua aplicação. Primeiro porque os técnicos do Planejamento acreditam que a economia já ultrapassou o período de explosão de demanda, havendo hoje equilíbrio entre produção e consumo. Passa pelo fato de os salários já terem perdido valor real com a inflação alta e sugere a sua coversão aos níveis de 1º de março do ano passado, o primeiro dia de vida do Cruzado. Por fim, o Plano defende o realinhamento prévio e controlado dos preços que ficarão sob **estabilidade rigorosa** evitando-se assim um dos principais problemas da reforma anterior: a existência de preços surpreendidos no **contrapé**.

O objetivo do Plano é buscar a estabilidade, protegendo salários e evitando variações bruscas de renda, informa Carlos Alberto Sardenberg, representante do Ministério do Planejamento em São Paulo. Na última sexta-feira, ele esteve na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) explicando para um seletivo grupo de empresários, entre eles os presidentes da entidade, Mario Amato, detalhes da proposta. Segundo ele, a receptividade foi boa especialmente em dois pontos: os empresários elogiaram a parte relativa à austeridade no setor público e o mecanismo dos reajustes de preços que eliminaria os freqüentes e burocráticos contatos com técnicos do CIP.

Para os autores do Plano, a economia não correrá novamente o risco do desabastecimento e do alto consumo. Eles entendem que não interessará aos agentes econômicos estocar mercadorias na expectativa do reajuste de preços agendado. A variação será baixa, o que não compensará esse movimento, diz Sardenberg. Se for alta, o Plano não terá atingido o seu principal objetivo de baixar a inflação, ou seja, não seria respeitado por ninguém. A propósito, foi com base no problema de expectativas que a segunda versão do Plano eliminou a fixação de mecanismos de variação cambial constante do documento original. A política cambial, segundo os técnicos do Planejamento, tem um forte componente conjuntural e será **pilotada** no sentido de apoiar as exportações.

Para os assalariados, o Plano permitiria, na visão dos autores, evitar as perdas que hoje ocorrem em função da inflação alta. Aos salários convertidos, seriam acrescentados os ganhos de produtividade e promoções obtidos durante o ano passado. Por exemplo, se o Plano tivesse sido aplicado no início deste mês um trabalhador que ganhava Cz\$ 8.649,00 em 1º de março do ano passado, e hoje, com o gatilho a ser disparado neste mês, passaria para Cz\$ 16.762,00 teria o seu vencimento fixado em Cz\$ 16.607,00 — ou seja perderia Cz\$ 155,00, levando-se em conta uma inflação oficial de 63,8% de março de 1986 a fevereiro deste ano.

Vicente Dianezi Filho